



Combate à corrupção é destaque em comissão

No primeiro semestre, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou mais de 300 proposições. Entre elas, estão o projeto de iniciativa popular que institui as dez medidas de combate à corrupção e a proposta de emenda à Constituição do orçamento impositivo

O combate à corrupção e ao crime organizado foi o tema das principais propostas analisadas pela Comissão de Constituição e Justiça no primeiro semestre deste ano. Entre os textos aprovados no colegiado, está o projeto de iniciativa popular que institui as dez medidas de combate à corrupção e também coíbe o abuso de autoridade por parte de juízes e procuradores.

Outra ação importante foi a derubada do decreto sobre posse e porte de armas de fogo editado pelo presidente Jair Bolsonaro. A presidente da comissão, senadora Simone Tebet, destacou que o decreto infringia o Estatuto do Desarmamento. **3**



Roque de Sá/Agência Senado

Simone Tebet diz que a comissão adotou uma posição firme em relação a temas inconstitucionais

Colegiado poderá analisar a PEC da Previdência em três semanas

A PEC da Reforma da Previdência deve passar de três semanas a um mês sendo analisada na Comissão de Constituição e Justiça antes de ir para o Plenário, estimou a presidente do colegiado, senadora Simone Tebet. Ela disse esperar que a tramitação completa na Casa dure até dois meses. Se a reforma for aprovada, a emenda constitucional poderá ser promulgada na primeira semana de outubro.

A senadora prevê que a comissão funcione como um filtro e que o texto já vá para os dois turnos de votação do Plenário com as questões bem debatidas.

Antes de vir ao Senado, a proposta será votada em 2º turno na Câmara a partir de 6 de agosto. Mudanças mais significativas devem entrar em uma PEC paralela **3**

Sessão especial celebra os 90 anos de música e viola caipiras

Uma sessão especial, no Plenário do Senado, homenageou ontem os 90 anos da música e da viola caipiras. A celebração, uma iniciativa do senador Izalci Lucas, contou com várias apresentações de violeiros, como Zé Mulato e Cassiano, Claudinho da Viola

e os alunos do Núcleo de Ensino de Viola do Caub 1, do Riacho Fundo (DF). O senador Wellington Fagundes disse que um projeto, pronto para votação na Comissão de Educação, estabelece o 13 de julho como Dia Nacional da Música e da Viola Caipira. **2**



Pedro Franco/Agência Senado

Violeiros caipiras de Cristalina (GO) se apresentam durante a sessão especial



Crime bárbaro pode ter pena mais dura

Projetos em análise no Senado pretendem coibir os crimes hediondos com a adoção de penas mais rígidas.

Uma das propostas prevê regime integralmente fechado para condenados por crimes cometidos com violência contra a pessoa.

Outro projeto prevê progressão do regime somente quando o condenado tiver cumprido três quintos da pena. Atualmente essa regra vale apenas para criminosos reincidentes. **4**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

A juíza Silvana Chaves fala em debate dirigido por Leila Barros (C)

Possível fim da Lei da Alienação Parental gera divergência em debate

A Comissão de Direitos Humanos fez outra audiência sobre o projeto que acaba com a Lei da Alienação Parental. Como no primeiro

debate, os convidados não chegaram a um consenso. Para alguns, a lei pode ser aperfeiçoada; para outros, é preciso criar uma nova. **2**

Comissão de medida sobre parcerias para investimentos reúne-se hoje

A comissão mista da MP que reformula o Programa de Parcerias de Investimentos e outros órgãos governamentais fará audiência hoje com

representantes da Aneel, do Denatran, da Confederação Nacional de Municípios e da Empresa de Pesquisa Energética, entre outros. **3**

JOVEM SENADOR 2019

ORÇAMENTO PÚBLICO: SUA PARTICIPAÇÃO TEM VALOR

O CONCURSO DE REDAÇÃO DO SENADO FEDERAL É ABERTO A TODOS OS ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO MATRICULADOS EM ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS OU DO DF. DIVULGUE: WWW.SENADO.LEG.BR/JOVEMSENADOR

(61) 99187-2248
/SENADOFEDERAL
0800 612211

PARCERIA:

REALIZAÇÃO:

Fim da Lei de Alienação Parental divide opiniões

Em audiência sobre o projeto que acaba com a norma, juízes disseram que a lei pode ser aperfeiçoada. Para outros, porém, é preciso criar uma nova legislação para proteger crianças

A REVOGAÇÃO DA Lei da Alienação Parental (LAP — Lei 12.318, de 2010), prevista em projeto de lei que tramita no Senado, voltou a dividir opiniões em audiência pública ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Do ex-senador Magno Malta, o PLS 498/2018 decorreu dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Maus-Tratos, criada em 2017. O argumento do autor é que a LAP estaria sendo usada para beneficiar pais acusados de abuso sexual e desacreditar as mães que denunciaram o crime após a separação.

A alienação parental é o processo e o resultado da manipulação psicológica sobre uma criança para que ela sinta medo, desrespeito ou hostilidade injustificados em relação ao pai, mãe ou a outros membros da família. Esses casos são observados em situações de separação ou divórcio, por exemplo. Em junho, debatedores já haviam divergido sobre a revogação

da LAP, na CDH. Por isso, a relatora, Leila Barros (PSB-DF), reforçou a necessidade de ampliar a discussão antes de elaborar seu parecer.

— Respeito ambas as partes, favoráveis e contrárias à matéria, e eu entendo a preocupação das pessoas — disse a senadora.

Magistrados

Para a juíza Angela Gimenez, da 1ª Vara Especial de Família e Sucessões de Cuiabá, a revogação da LAP seria um retrocesso. Ela afirmou que a legislação ajuda a defender as crianças e, por isso, pediu aos parlamentares a rejeição do projeto.

— Revogar essa lei é escravizar a mulher a um espaço privado, é afastá-la do trabalho, da escola, dos lugares de poder de decisão. É retirar dela o direito de ocupar espaços públicos, compartilhando a guarda dos seus filhos com os pais deles.

A juíza Andréa Pachá, da 4ª Vara de Órfãos e Sucessões do do Rio de Janeiro, sugeriu que

o debate seja aproveitado para elaborar uma legislação que garanta a segurança das crianças no convívio com os pais.

A advogada Marina Ganzarolli informou que a LAP tem sido usada pelos pais para acusarem as mães de falsa comunicação de crime, e isso pode resultar em reversão de guarda em benefício dos pais. Ela pediu a aprovação do projeto e o início de um debate sobre uma nova legislação com vistas à proteção da infância.

— Em uma mostra contendo 130 casos de litígio de guarda, em 66% dos casos, originou-se após denúncia da mãe contra o pai por abuso sexual. Das 27 decisões ocorridas até então nesse litígios, 24 das guardas foram invertidas ao acusado. Isso representa 89% dos casos — afirmou.

A deputada Paula Belmonte (Cidadania-DF) questionou a necessidade de manutenção da LAP, considerando que a norma apresenta “fragilidades” na proteção das crianças.

Senado homenageia 90 anos de música e viola caipiras

Em sessão especial ontem, o Senado homenageou os 90 anos da música e da viola caipira. Por iniciativa do senador Izalci Lucas (PSDB-DF), a sessão contou com várias apresentações de violeiros, como Zé Mulato e Cassiano, Claudinho da Viola e os alunos do Núcleo de Ensino de Viola do Caub 1, de Riacho Fundo (DF). Para Izalci, a sessão trouxe reconhecimento à música e à cultura de raiz, que sofrem com falta de investimentos.

— Há investimentos e recursos culturais, mas eles nem sempre vão para a divulgação de nossos artistas, que trabalham em prol da cultura de raiz do nosso país.

Wellington Fagundes (PL-MT) falou sobre um projeto que estabelece o dia 13 de julho



Requerente da sessão, Izalci (C) cumprimenta violeiros durante o evento

como o Dia Nacional da Música e da Viola Caipira, em tramitação na Comissão de Educação (CE). O texto recebeu parecer favorável do relator, senador Luiz do Carmo (MDB-GO), e está pronto para deliberação.

— Não posso também deixar de falar e homenagear a nossa querida TV Senado, que, atra-

vés dos programas *Estúdio A* e *Espaço Cultural*, reverencia a música popular brasileira, com ênfase nas nossas tradições musicais. Também a Rádio Senado, que nos brinda semanalmente com o programa *Brasil Regional*, produzido e apresentado por Deraldo Goulart — disse Wellington.

Eduardo se licencia e Siqueira Campos assume hoje

Ao fazer um balanço das atividades do primeiro semestre, Eduardo Gomes (MDB-TO) anunciou ontem que vai se licenciar do cargo para assumir o posto de secretário de Governo de Tocantins. Por isso, o primeiro suplente, Siqueira Campos, assumirá hoje o mandato durante o afastamento.

— Teremos a possibilidade de ver um brasileiro constituinte, que cria um estado, voltar ao Congresso Nacional, 30 anos depois, para contar a sua saga.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Izalci destaca valor do incentivo à cultura no país

Izalci Lucas (PSDB-DF) destacou ontem a importância do incentivo à cultura de forma paralela ao apoio a outras áreas que enfrentam dificuldades. Ele lembrou a realização de duas sessões solenes no Senado, em homenagem a atividades culturais no país (quadrilheiros juninos e viola caipira).

— A gente precisa investir na saúde, mas no preventivo. Mas não podemos deixar de lado a cultura, como temos deixado nestes últimos anos. A gente tem deixado de lado essa questão e estamos perdendo a nossa tradição — disse o senador.

Gurgacz pede verba para áreas com terras indígenas

O projeto que destina uma porcentagem maior de recursos de fundos para estados e municípios com terras indígenas ou reservas ambientais (PLS 375/2017) está pronto para votação em Plenário, disse Acir Gurgacz (PDT-RO). O senador ressaltou que a proposta inicial previa essa compensação apenas aos estados da Amazônia Legal. No entanto, a medida foi estendida a todo o Brasil e também aos municípios que abrigam essas áreas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Elmano, economia está no rumo da recuperação

Elmano Férrer (Podemos-PI) destacou ontem as medidas econômicas adotadas nas últimas semanas, que, segundo ele, mostram que o governo e o Congresso estão no caminho certo para recuperar a economia.

O senador listou, entre essas conquistas, a aprovação em primeiro turno, na Câmara, da reforma da Previdência, assim como a apresentação da PEC da Reforma Tributária, que já está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).



Waldemir Barreto/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



MP 882/2019 Programa de Parcerias de Investimentos

9h Audiência com representante da Agência Nacional de Energia Elétrica, entre outros.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

10h Discursos e avisos da Mesa.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do **senado**

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Combate ao crime e à corrupção são destaques

Em balanço das atividades do primeiro semestre, presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Simone Tebet, disse que o colegiado aprovou mais de 300 proposições e derrubou decreto de armas editado pelo presidente Jair Bolsonaro

O COMBATE À corrupção e ao crime organizado estiveram relacionados aos principais projetos aprovados no primeiro semestre na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ao lado da proposta de emenda à Constituição (PEC) do orçamento impositivo e de proposições ligadas à segurança pública. A avaliação foi feita pela presidente da CCJ, senadora Simone Tebet (MDB-MS).

Nos primeiros seis meses do ano, a comissão relatou propostas de iniciativa popular, como a criminalização do caixa dois e a compra de votos, a caracterização da corrupção como crime hediondo, a apreensão de bens adquiridos por meio de corrupção.

— A comissão foi o pulmão que oxigenou o Plenário do Senado com as propostas ali relatadas — afirmou Simone Tebet.

Em 2019, a CCJ fez 35 reuniões deliberativas, aprovou mais de 300 proposições e promoveu dez audiências para instrução de projetos relacionados à responsabilidade civil do Estado, modernização do turismo, redução da maioria penal, registro e porte de armas e regulamentação da profissão de leiloeiro público oficial,

entre outros temas.

A comissão aprovou ainda, após sabatinas, as indicações de um ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), seis conselheiros para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e dez conselheiros para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Combate à corrupção

Um dos projetos aprovados, o PLC 27/2017, inclui dez medidas de combate à corrupção. De iniciativa popular, o texto amplia penas para os crimes de corrupção, criminaliza o caixa dois eleitoral e facilita a recuperação de bens ou valores desviados da população, além de contemplar medidas de combate a abusos de autoridades de juízes e procuradores.

Simone explicou que a CCJ derrubou o decreto de armas editado pelo presidente Jair Bolsonaro, tendo em vista que o texto infringia dispositivos do Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de 2003).

— Foi preciso uma posição firme, necessária. A população não entendeu, é preciso que utilize o racional para entender o papel do Senado. Tiramos o excesso de inconstitucionalidades.



Roque de Sá/Agência Senado

Segundo Simone, para derrubar o decreto de armas foi preciso adotar “posição firme”

Simone destacou ainda que a CCJ avançou na análise do PL 3.715/2019, que prevê a posse ampliada de arma de fogo em área rural, e à PEC 17/2019, que inclui a proteção de dados pessoais, inclusive os disponíveis em meios digitais, na lista das garantias individuais da Constituição.

Em relação à pauta feminina, a senadora destacou que a CCJ tornou mais rigorosos dispositivos da Lei Maria da Penha e já discute projeto que prevê a retirada de armas de fogo da residência do agressor em caso de violência doméstica.

A comissão aprovou ainda o orça-

mento impositivo, que torna obrigatória a execução das emendas de bancada, a exemplo do que já ocorre com as emendas individuais. E ainda a proposta de emenda à Constituição que aumenta para 26% a parcela do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados destinada aos fundos de participação.

Na área jurídica, Simone Tebet destacou o substitutivo da Câmara ao PLC 54/2019, que trata do cadastro positivo, já transformado na Lei Complementar 166, de 2019.

O cadastro positivo poderá beneficiar 130 milhões de pessoas, inclusive 22 milhões que se encontram fora do mercado de crédito. O governo argumenta ainda que a medida tem o potencial de reduzir em 45% a inadimplência no país.

Na área de segurança, Simone destacou o PLS 128/2018, que institui o Inquérito Policial Eletrônico, já remetido para exame da Câmara.

Outro projeto já enviado à Câmara é o PL 550/2019, que institui a Política Nacional de Segurança de Barragens. O texto torna mais rígidas as regras de responsabilização civil, penal e administrativa das mineradoras, estabelece multas que chegam a R\$ 10 bilhões e classifica como hediondo o crime de poluição ambiental que resultar em morte.

RÁPIDAS

COMISSÃO DE MP SOBRE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS FAZ AUDIÊNCIA

A comissão mista da medida provisória que reformula o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e reestrutura órgãos governamentais se reúne hoje, às 9h, com representantes da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), da Confederação Nacional de Municípios (CNM), da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC) e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). A comissão mista da MP 882/2019 tem o senador Wellington Fagundes (PL-MT) como relator.

Três semanas para analisar a PEC da Previdência em comissão

Três semanas é o prazo estimado pela presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senadora Simone Tebet (MDB-MS), para a tramitação da PEC da Reforma da Previdência (PEC 6/2019) no colegiado.

Ela disse ontem esperar que a tramitação no Senado — após a CCJ, a proposta será votada em dois turnos no Plenário — dure até dois meses. A estimativa é de que a PEC, se aprovada, pos-

sa ser promulgada na primeira semana de outubro.

— Acho que de três semanas a um mês é um tempo razoável na CCJ e 15 dias no Plenário.

Simone classificou a CCJ como um filtro para que as questões cheguem ao Plenário mais bem resolvidas e para que a oposição tenha tempo para “respirar”.

— Quanto mais se debater na CCJ, mais rápido se aprova em Plenário — disse.

O início da votação em segundo turno na Câmara dos Deputados será em 6 de agosto, assim que recomeçar o semestre legislativo. Somente após a votação em segundo turno pelos deputados é que a reforma será enviada ao Senado.

— O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, quer surpreender positivamente o país com uma tramitação rápida, célere, sem menosprezar os ritos regimentais.

Para Simone, não há expectativa de que o Senado faça alterações de peso no texto, já que mudanças significativas devem ser incluídas em uma segunda proposta, ainda não apresentada, que vem sendo chamada de PEC paralela.

Uma dessas mudanças é a reforma da Previdência para servidores de estados e municípios, que ficaram de fora do texto principal.

Estados e municípios devem entrar na reforma, diz Alvaro

O líder do Podemos, Alvaro Dias (PR), afirmou que o seu partido estuda a possibilidade de apoiar uma PEC para estender as regras da reforma da Previdência (PEC 6/2019) aos estados e municípios.

Para o senador, esse assunto — especialmente nos municípios — não seria devidamente discutido num ano anterior às eleições municipais. Ele disse que o texto da reforma da Previdência analisado pela Câmara em primeiro turno é insuficiente e sua aprovação não deve ser comemorada.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Lasier espera que 2020 comece com reformas aprovadas

Lasier Martins (Podemos-RS) disse ontem esperar que o Brasil comece o ano de 2020 com as duas mais importantes reformas aprovadas: a previdenciária e a tributária. Ele acredita que a Casa vá aprovar o texto da reforma da Previdência da forma que vier da Câmara dos Deputados. Sobre a reforma tributária, Lasier lembrou que a Câmara e o Senado devem analisar, simultaneamente, propostas com origens distintas. Ele explicou que a Câmara vai discutir a proposta do deputado Baleia Rossi e o Senado, a do ex-deputado Luiz Carlos Hauly.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Reforma tributária é urgente, defende Wellington Fagundes

O sistema tributário atravanca o crescimento do país. Por isso, alterá-lo é imprescindível, afirmou ontem Wellington Fagundes (PL-MT).

Para o senador, a alta carga tributária sobre as atividades econômicas e o excesso de burocracia inibem a competitividade e impedem o investimento do setor privado.

— Esse modelo velho, carcomido pelo tempo, que ruge e teima em subsistir, mostra a sua face mais dura às classes menos favorecidas. Porque lá no final o trabalhador assalariado é que paga por essa situação.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Congresso assumiu agenda econômica do país, afirma Plínio

Plínio Valério (PSDB-AM) afirmou ontem em Plenário, que o Congresso Nacional assumiu o protagonismo da agenda econômica do Brasil. Segundo ele, o Executivo não fez questão de bancar as medidas para recuperação do cenário econômico nacional, o que permitiu que o Legislativo chamasse para si essa responsabilidade. O senador destacou que apesar de importante, a reforma da Previdência não será a única alternativa para a retomada do crescimento econômico. Ele destacou a importância da reforma tributária.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Styverson pede assinaturas em PEC contra o nepotismo

Styverson Valentim (Podemos-RN) defendeu em Plenário que o nepotismo — quando um agente público usa de sua posição de poder para nomear, contratar ou favorecer um ou mais parentes — esteja descrito como proibido constitucionalmente. O senador explicou que está colhendo assinaturas para apresentar uma PEC que altera os artigos 37 e 87 da Constituição para extinguir essa prática no país.

— Eu quero cortar. Eu quero acabar com isso. Nem filho, nem neto, nem ninguém. Agora é de vez, é na Constituição mesmo.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senado debate crimes que chocam a sociedade

Para diminuir delitos cruéis e contra a vida, parlamentares estudam medidas como penas mais rígidas, mais recursos para segurança pública e investimentos em tecnologia

Nelson Oliveira

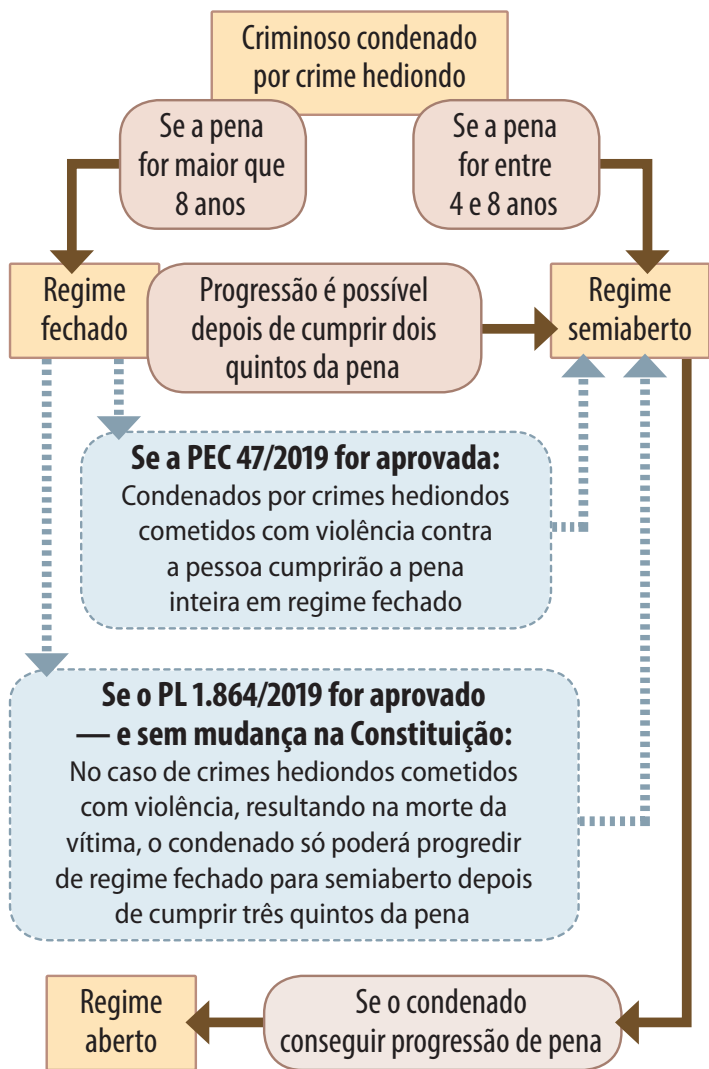
“QUERIA SABER COMO é matar alguém”. Essa foi a justificativa apresentada pelo autor de um dos inúmeros crimes bárbaros cometidos no Brasil de 2018 para cá: o assassinato de Yasmin da Silva Nery, de 16 anos, em Araraquara (SP), no dia 9 de junho. Com o auxílio da namorada, um adolescente de 17 anos enforcou e esquartejou a vítima. Depois espalhou os pedaços do corpo em vários locais da cidade. Sete dias antes, e a 668 quilômetros dali, em Samambaia (DF), Rhuan Maycon da Silva Castro, de 9 anos, havia sido esfaqueado, queimado e esquartejado pela própria mãe, Rosana Auri da Silva Cândido, de 29 anos, e pela companheira dela, Kacyla Priscyla Santiago Damasceno Pessoa, de 28. Um ano antes do assassinato, ele teve o pênis mutilado. Em depoimento à polícia, Rosana alegou que matou o filho porque foi tratada com violência pelo pai e o avô paterno de Rhuan.

Como as estatísticas sobre criminalidade no Brasil têm lacunas importantes e, por uma questão de rigor metodológico, não se utilizam da classificação “crime bárbaro”, mortes com ingredientes de crueldade não são facilmente visualizadas nos levantamentos de dados. Paradoxalmente, os assassinatos macabros têm convivido no noticiário com indícios de que o número geral de mortes violentas intencionais está caindo. No dia 12 de junho, o Ministério da Justiça divulgou estatísticas do recém-criado Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp) que registram uma queda de 23% no número de homicídios dolosos no primeiro bimestre deste ano: 6.543 casos no cômputo de janeiro e fevereiro contra 8.498 no primeiro bimestre de 2018. O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, credita a queda à “atuação integrada entre governo federal e governos locais”.

Para o consultor do Senado na área penal Tiago Ivo Odon, a curva descendente dos homicídios é positiva, mas suas razões ainda estão por ser totalmente esclarecidas. Uma possível causa pode ser a adoção de programas de segurança pública por parte de alguns estados com foco na resolução de assassinatos. De acordo com o *Monitor da Violência*, informe produzido pelo site G1, as administrações estaduais ulti-

Pena pode endurecer para hediondos

Uma PEC e um projeto de lei mexem com a progressão de regime para crimes muito violentos contra a pessoa



mamente mais bem-sucedidas no combate aos crimes contra a vida relataram, entre outras ações, medidas disciplinares rígidas em presídios e a instalação de delegacias voltadas à investigação de homicídios, uma recomendação antiga de estudiosos, observa Odon.

— Os chamados crimes bárbaros na verdade são aleatórios e raros. É claro que a imprensa capitaliza em cima. Mas eles fogem da média e, sempre que acontecem, impressionam a opinião pública. O problema é que quando você olha para os crimes violentos de uma forma geral, nosso sistema [segurança pública] não lhes dá prioridade — diz.

Isolamento

O consultor vê como negativo o excesso de foco no encarceramento de traficantes de pequeno porte, que superlotam as unidades prisionais e acabam por aprofundar seus elos com o crime. Enquanto isso, faltam vagas para isolar criminosos mais perigosos — sejam eles participantes de grupos de extermínio, autores de latrocínios ou cidadãos que matam cônjuges, filhos ou vizinhos.

O assassinato de Rhuan é mencionado pela senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

como parte de um quadro “insuportável” e que exige respostas duras em termos de isolamento de criminosos.

Seguindo essa abordagem, tramitam no Senado duas proposições. Uma proposta de emenda à Constituição, do senador Lasier Martins (Podemos-RS), prevê regime integralmente fechado para condenados por crimes hediondos cometidos com violência contra a pessoa (PEC 47/2019). Assim, os condenados pelos crimes de homicídio qualificado, homicídio praticado em atividade típica de grupo de extermínio, latrocínio, extorsão qualificada pela morte, extorsão mediante sequestro, estupro e estupro de vulnerável, não poderiam pedir a progressão de pena para um regime aberto ou semiaberto.

“A única maneira de endurecer a resposta penal para esses crimes que chocam a nossa sociedade pela brutalidade e violência é por meio de alteração do próprio texto constitucional”, escreve Lasier na justificativa da PEC. “Na prática, o autor de um crime violento pode começar no semiaberto. E se for condenado a mais de 8 anos, sendo réu primário, pode migrar para o semiaberto cumpridos dois

quintos da pena” reclama o senador.

O outro projeto é o PL 1.864/2019, apresentado pela senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA), que tem o mesmo texto do pacote anticrime de Sergio Moro. A proposta prevê a progressão para o regime semiaberto somente após o cumprimento de três quintos da pena para condenados por crimes hediondos, quando o resultado envolver a morte da vítima. Atualmente, a progressão pode se dar a partir do cumprimento de três quintos da pena somente no caso de reincidência.

Recuperação

— O plano que o governo tem para a segurança pública é armar a população e endurecer penas. Não tenho nada contra endurecer penas. Agora, ofereçam instituições e equipamentos que recuperem essas pessoas — contrapõe Zenaide Maia (Pros-RN).

A senadora apresentou a PEC 44/2019, que prevê a obrigatoriedade de a União repassar, a princípio, 1% da Receita Corrente Líquida (RCL) ao financiamento do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), a cada ano.

O senador Paulo Rocha (PT-PA) reivindica investimentos em “inteligência como forma de desmontar milícias e organizações de narcotráfico”. Ele é igualmente otimista em relação a programas bem conduzidos de recuperação de presos.

Além das restrições à progressão de regime, Soraya defende a aprovação do PLS 580/2015, apresentado em 2015 pelo então senador Waldemir Moka, que obriga o preso a ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção. A senadora lembra que a Lei de Execução Penal (LEP) obriga o preso a trabalhar.

— Já vimos que não deu certo sendo um pouco mais flexíveis, aí vamos flexibilizar? Vai adiantar dar educação, flores e livros?

A consultora do Senado na área penal Juliana Magalhães explica que o espaço para aumento de pena praticamente não existe mais, restando as restrições à progressão de regime, se a ideia é aplicar mais rigor aos condenados.

Os crimes hediondos já não são suscetíveis de fiança e indulto. E têm suas penas majoradas em razão de agravantes, como o assassinato de descendente, e circunstâncias qualificadoras, como o motivo fútil. Mesmo a tramitação mais

rápida de processos já está prevista nesses casos.

— Há muito pouco para se fazer e, como jurista e cidadã, eu encaro como positivo esse aspecto — resume.

Odon sugere cautela com o rigor das penas. Ele entende ser fundamental o investimento de recursos no aparato de investigação e de punição de crimes de uma maneira geral, mas principalmente dos violentos.

— A certeza da punição é um grande desestímulo ao delito, mas no Brasil apenas algo entre 5% e 8% dos crimes são esclarecidos, isto é, convertem-se em denúncia à Justiça por parte das promotorias — assinala Odon.

O resultado é que indivíduos perigosos ficam à solta e, em muitas situações, as mortes se multiplicam em razão de vinganças, já que a Justiça tarda ou nunca pune os homicídios, aponta.

Mas, se o isolamento de indivíduos perigosos (pelo menos enquanto não se avalia com rigor se podem ou não voltar à sociedade) pode ser a saída quando os crimes já foram cometidos, Zenaide destaca que é preciso debater medidas e buscar instrumentos que possam contribuir para que eles não cheguem a acontecer.

— Só se diminui violência com investimento em ciência e tecnologia, novas técnicas. Não é só com policial marchando e atirando — pondera a senadora.

Para Odon, o policiamento comunitário, previsto nas regras de liberação de recursos para o rateio dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (Funasp) entre os estados, é uma alternativa interessante. Segundo o consultor, esse modus operandi aumenta as chances de prevenção de delitos, inclusive por meio do diálogo com potenciais infratores.

Saiba Mais

Estatísticas criminais
— Fórum Brasileiro de Segurança Pública
<http://bit.ly/12anunarioseg>

Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp)
<http://bit.ly/infoseguranca>

PEC 47/2019
<http://bit.ly/PEC47>

PL 1.864/2019
<http://bit.ly/PL18642019>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania